
***Via Brasil MT 100
Concessionária de
Rodovias S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



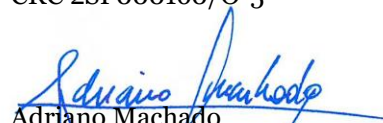
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 29 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Os Administradores da Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil MT100” ou “Companhia”) apresentam para vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

Destaques de 2020

A Companhia iniciou operação comercial das praças de pedágio em 03 de dezembro de 2019, sendo 2020 o primeiro ano fiscal completo de operação. Com isso, o volume de receitas e veículos foi significativamente superior ao ano anterior.

	Eixos Equivalentes Pagantes	Receita (R\$ mil)	% Veículos Leves (Eixos Equivalentes)	% Veículos Pesados (Eixos Equivalentes)
2019	396.444	3.286	14,10%	85,90%
2020	5.822.657	48.359	8,43%	91,57%

Em decorrência do volume de tráfego de veículos pesados atrelado ao agronegócio, o volume de tráfego em 2020 foi pouco afetado pela pandemia da Covid-19, assim se mostrou resiliente e apresentou um crescimento acima da média nacional.

Mesmo que o volume de tráfego não tenha sido significativamente afetado pela pandemia, o primeiro ano de concessão poderia ter apurado uma receita ainda maior, pois previa a cobrança de eixos suspensos e com a publicação pelo Governo Federal publicou a Medida Provisória n. 833/2018, que em 24.08.2018 foi convertida na LEI Nº 13.711/2018, a qual altera o artigo 17 da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para prever a isenção, em todo o território nacional, da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos de transporte de cargas que circularem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais, inclusive as concedidas, não pôde arrecadá-las

A Companhia vem, desde a promulgação da referida Lei, tratando com o Poder Concedente, Agência Reguladora e Verificador Independente sobre medidas para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, os quais são reconhecidos e neste momento trabalha conjuntamente para fechamento da forma como se dará o reequilíbrio.

Setor de Concessões Rodoviárias

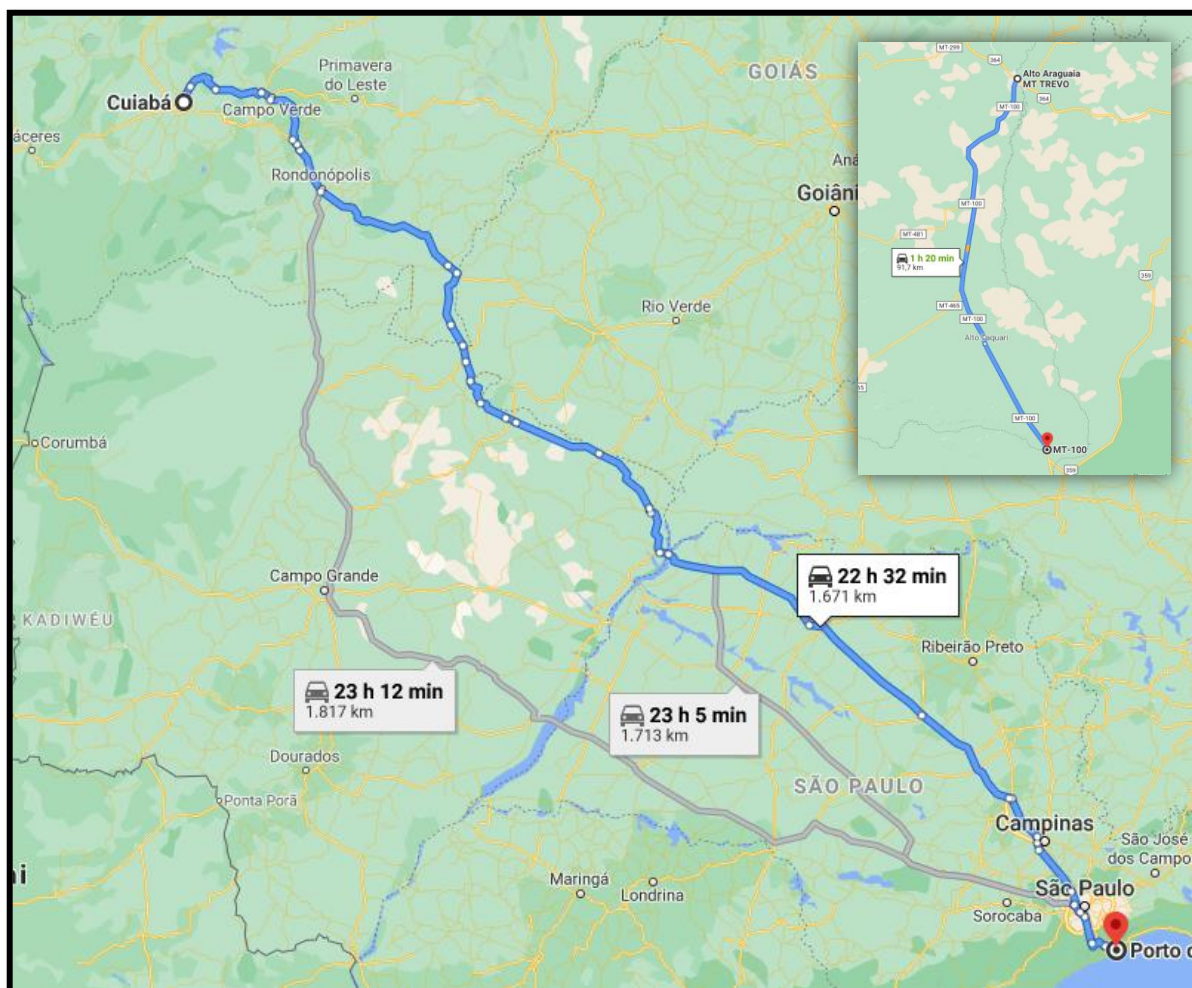
Presente na modernização da malha rodoviária

Num país de dimensões continentais como o Brasil, a infraestrutura de transportes está na base do desenvolvimento e requer montantes significativos de investimentos para assegurar a qualidade, a segurança e a competitividade da malha rodoviária. Segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), 61% do volume de cargas e 95% dos passageiros transportados no país trafegam por rodovias, confirmando a relevância das estradas para a população e para a economia. A participação do setor privado, por meio de concessões, vem incrementando a construção, a conservação e a exploração de rodovias em todo o território nacional.

Em fevereiro de 2018, o Consórcio Via Brasil participou de licitação na modalidade leilão realizado na Bolsa de Valores B3 (antiga BM&F) pelo Governo do Estado de Mato Grosso, por meio do Programa de Parcerias com o Setor Privado para Investimentos na Logística de Mato Grosso.

O Consórcio sagrou-se vencedor do trecho de 111,9 km da Rodovia MT-100, de Alto Araguaia até Alto Taquari, na divisa com Mato Grosso do Sul, se tornando responsável pela conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação comercial da rodovia, de acordo com o contrato de concessão assinado em outubro de 2018 – com duração de 30 anos, encerrando-se, portanto, em 2048.

O lote “Alto do Araguaia” é considerado uma via estratégica para o desenvolvimento do estado do Mato Grosso, e consolida um novo eixo de transporte interligando as regiões Centro-Oeste/Norte e Sul/Sudeste. A nova rota encurta a viagem entre Mato Grosso e o porto de Santos (SP) em até 146 km quando comparada a outros trajetos rodoviários, sendo o menor trajeto entre Cuiabá e São Paulo.



A Via Brasil MT 100 vem, então, para solucionar gargalos de logística, agregando valor à infraestrutura do Estado e garantindo um serviço adequado ao usuário.

PERFIL DA COMPANHIA

A rodovia, na assunção da concessão, encontrava-se bastante deteriorada, com diversos trechos apresentando defeitos significativos de pavimento, que dificultavam o trânsito. Em decorrência disso, a principal motivação do Poder Concedente para concessão à iniciativa privada foi a recuperação do pavimento e seu programa de manutenção ao longo dos 30 anos, de modo a reduzir os gargalos de escoamento da produção agrícola pela rota mais curta ao Sudeste. Além da qualidade de pavimento, a MT-100 apresentava falta de acostamentos e dispositivos de segurança, bem como, ao cruzar pelas cidades de Alto Araguaia e Alto Taquari, implica na redução de velocidade do usuário pelos trechos urbanos e aumenta o risco de acidentes.



Além dos investimentos no traçado atual da MT-100, que já a colocam em um nível de operação totalmente adequado, para reduzir o risco de trechos urbanos, o PER definiu a execução de 2 contornos, retirando a rodovia de dentro de Alto Araguaia e Alto Taquari. Tais contornos somam 20 km a serem executados.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O Desempenho Financeiro da Via Brasil MT 100 no exercício de 2020 começa a refletir a operação da Concessão. Em 2019, a receita apenas no último mês, prazo esperado para o início de operação, impôs EBITDA negativo de (R\$ 4.205) e Prejuízo de (R\$ 6.362) ao exercício. Já no exercício de 2020, a Companhia apresentou EBITDA de R\$ 29.431 e Lucro Líquido de R\$ 6.690.

RECEITAS

A receita tarifária da Companhia encerrou 2020 em R\$ 48.359, contra R\$ 3.286 em 2019, com o início de operação das praças de pedágio.

CUSTOS E DESPESAS

Os custos operacionais também foram superiores à 2019, com o início de operação, consequentemente o Lucro Bruto cresceu de (R\$ 2.873) em 2019 para R\$ 17.435 em 2020. Outro ponto que cabe destacar é que os investimentos iniciais estão sendo amortizados em 2 a 5 anos, conforme vida útil das intervenções.

EBITDA

A Companhia utiliza as definições de EBITDA ou LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização da Instrução CVM 527/2012, sendo o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

Em 2020 a margem EBITDA ajustada cresceu 29,11% em relação ao exercício de 2019 em pontos percentuais.

EBITDA	2020	2019
Lucro Líquido	6.690	(6.362)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.517	-
Depreciação e Amortização	14.884	1.175
Resultado Financeiro	6.340	982
EBITDA	29.431	(4.205)
Margem EBITDA	65,70%	-138,14%

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido encerrou o exercício em R\$ 6.690 no ano de 2020, ante a um prejuízo de R\$ 6.362 em 2019.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Audidores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período de 2019 e 2020.

A remuneração dos auditores no exercício de 2020 foi de R\$ 42 pela auditoria da Companhia.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>		<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		6.631	5.038	Circulante		37.103	52.288
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.354	439	Fornecedores	11	8.329	23.021
Clientes	4	2.538	2.030	Empréstimos e financiamentos	12	219	181
Impostos a recuperar		12	10	Passivos de arrendamentos	10	6.081	5.231
Adiantamentos	5	398	2.177	Salários e encargos sociais a pagar	13	510	482
Partes relacionadas	6	34	34	Encargos tributários a pagar	14	810	909
Outros ativos circulantes	7	295	348	Impostos e contribuições parceladas	15	553	105
				Partes relacionadas	6	20.599	22.275
				Outras contas a pagar		2	84
Não circulante		71.576	78.988	Não circulante		24.611	21.935
Títulos e valores Mobiliários		8	5	Empréstimos e financiamentos	12	883	1.002
Imobilizado	8	815	619	Fornecedores	11	7.688	-
Intangível	9	47.438	52.419	Passivos de arrendamentos	10	15.485	20.933
Direito de uso	10	23.315	25.945	Impostos e contribuições parceladas	15	555	-
				Patrimônio líquido		16.493	9.803
				Capital social	16	18.000	18.000
				Prejuízos acumulados		(1.507)	(8.197)
Total do ativo		78.207	84.026	Total do passivo e patrimônio líquido		78.207	84.026

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	17	52.398	43.363
Custos dos serviços prestados	18	(34.963)	(46.236)
Lucro (prejuízo) bruto		17.435	(2.873)
Receitas (despesas) operacionais		(2.888)	(2.507)
Despesa gerais e administrativas	19	(4.831)	(4.078)
Despesas comerciais		(207)	(182)
Outras receitas(despesas) operacionais	20	2.150	1.753
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		14.547	(5.380)
Resultado financeiro	21	(6.340)	(982)
Despesas financeiras		(6.493)	(983)
Receitas financeiras		153	1
Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		8.207	(6.362)
Imposto de renda e contribuição social	22	(1.517)	-
Corrente		(2.176)	-
Diferido		659	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		6.690	(6.362)
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação - em reais	23	0,3717	(0,3534)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	6.690	(6.362)
Outros resultados abrangentes	-	
Total dos resultados abrangentes	<u>6.690</u>	<u>(6.362)</u>

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	18.000	(1.835)	16.165
Prejuízo do exercício	-	(6.362)	(6.362)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.000	(8.197)	9.803
Lucro líquido do exercício	-	6.690	6.690
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.000	(1.507)	16.493

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	6.690	(6.362)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais		
Depreciação e amortização	12.130	1.175
Amortização do direito de uso	2.754	-
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	224	79
Juros apropriados sobre passivo de arrendamentos	3.616	20
Juros apropriados sobre parcelamentos	47	-
Baixas do ativo intangível	1.883	-
Impostos diferidos	(659)	-
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas à receber	1.227	(2.030)
Demais contas a receber e adiantamentos	170	(2.066)
Impostos a recuperar	(1)	20
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(7.004)	22.685
Passivo de arrendamentos	-	(136)
Encargos tributários a pagar	2.477	883
Salários e encargos sociais a pagar	28	402
Impostos e contribuições parcelados	956	105
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(168)	(79)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamentos	(2.862)	-
Imposto de Renda e Contribuição social pagos	(1.916)	-
Demais contas a pagar	(157)	137
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>19.435</u>	<u>14.833</u>
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(9.228)	(40.723)
Aquisição de títulos	(3)	-
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	<u>(9.231)</u>	<u>(40.723)</u>
Terceiros		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	900
Amortização de empréstimos e financiamentos	(137)	(70)
Amortização do passivo de arrendamentos	(5.476)	-
Acionistas		
Empréstimos entre partes relacionadas	(1.676)	22.467
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>(7.289)</u>	<u>23.297</u>
Aumento líquido (redução) nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.915</u>	<u>(2.593)</u>
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	439	3.032
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.354	439

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2018, com sede em Cuiabá- MT.

Tem por objetivo social único e exclusivo a atuação como concessionária de trecho de 91,4 km da rodovia MT 100 entre os municípios de Alto Araguaia e Alto Taquari, mediante cobrança de pedágio e prestação dos serviços de conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação do trecho rodoviário estadual, conforme objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 01 do Edital de Licitação nº 01/2018 da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística – SINFRA/MT.

A concessão tem prazo de 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Estado de Mato Grosso.

O direito de outorga foi arrematado em leilão público conduzido pela B3 no ano de 2018. Com a concessão, a rodovia deve receber investimentos de R\$ 365.000.

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia da Ccovid-19.

A Companhia não foi impactada significativamente pela pandemia da Covid-19, pela característica de tráfego atrelado ao agronegócio e buscará eventuais medidas reparatórias caso sejam identificados impactos.

A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos da Covid-19 para o exercício de 2019, bem como não foram necessários ajustes nas demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020.

1.1. Planos da Administração

No exercício de 2019, a Companhia realizou os investimentos previstos para o 1º ano do Contrato de Concessão, visando dotar a rodovia de condições de trafegabilidade e segurança, cumprindo as condições contratuais estipuladas para permitir o início da cobrança do pedágio, iniciada em dezembro de 2019.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2020, primeiro ano completo da arrecadação de pedágio, a Administração iniciou o período de geração de caixa, assim pretende reverter do capital circulante líquido negativo nos próximos exercícios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encerrou o exercício com capital circulante líquido negativo em R\$ 30.472.

Além da perspectiva de geração de caixa, a Administração tem expectativa da conversão dos adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) no montante de R\$ 20.599 até 30 de junho de 2021 em capital social, reduzindo significativamente o passivo circulante da Companhia.

A Administração considera, para cumprimento do plano de investimentos da Concessão, como fontes de recursos: financiamentos de longo prazo a serem obtidos, com expectativa para contratação em 2021 e desembolso nos anos de 3 a 5 da concessão (2021 a 2023), geração de caixa da Companhia e, caso necessário, aportes de capital de acionistas. Tal equação de fundos contribuirá para reverter o capital circulante líquido negativo.

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 17 de março de 2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impairment de ativos não financeiros.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no exercício dessas demonstrações financeiras.

2.4.1. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços, qual seja, na passagem dos veículos pelas praças de pedágios. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes, abatimentos e descontos. Eventuais valores de meios de pagamentos com prazo entre a utilização da rodovia e o recebimento financeiro são reconhecidos como contas a receber de clientes.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem de lucro nula.

2.4.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Esses instrumentos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados ao custo amortizado:

- **Passivos financeiros:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.4.3. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais, na demonstração dos resultados.

- **Ativo intangível:**

a) Intangível - Contratos de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração rodoviária mediante cobrança de pedágio firmado com o poder concedente.

O intangível registra os custos fixos da outorga da concessão e os investimentos rodoviários vinculados ao Contrato de Concessão. Quanto a outorga variável, que é sobre a receita bruta da arrecadação dos pedágios, a Companhia registra a medida que reconhece a receita, ou seja, apropria diretamente no resultado como dedutível da receita reconhecendo o passivo a pagar ao poder concedente, que é pago trimestralmente, considerando a premissa do item 28 do OCPC 05.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece o ativo intangível à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados linearmente de acordo com o prazo do Contrato de Concessão nos casos de estruturas prediais, pontes, contornos, ou pela vida útil econômica dos bens, nos casos de recapeamentos e dispositivos de segurança (sinalização vertical, horizontal), ou seja, a amortização dos ativos intangíveis leva em consideração a vida útil do ativo ou prazo de concessão, dos dois prazos o menor. O Contrato de Concessão não permite a obtenção de indenização de eventual saldo contábil não amortizado ao término da concessão.

	Vida Útil
	Estimada
Outorgas e despesas pré-operacionais	30 anos
Trabalhos Iniciais - Restauração de pavimento	2 anos
Trabalhos Iniciais - Faixa de domínio	2 anos
Trabalhos Iniciais - Sinalização Horizontal	2 anos
Trabalhos Iniciais - Sinalização Vertical	10 anos
Elementos de segurança e proteção	10 anos
Edificações, projetos, gestão ambiental e outros	30 anos

▪ **Impairment de ativos financeiros de longo prazo:**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.4.4 Direito de uso e passivo de arrendamentos

Os contratos de arrendamentos são registrados no ativo denominado Direito de Uso, que é o correspondente àquele que representa a transferência ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento; o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade denominado passivo de arrendamentos, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor, conforme CPC 06.

2.4.5 Passivo circulante e não circulante

- **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
- **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.
- **Impostos e contribuições:** Os impostos e contribuições federais e municipais são registrados pela receita de pedágio realizada em cada período e reconhecido no passivo circulante.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social: No exercício de 2020, a companhia optou pelo regime de apuração do lucro real, assim como em 2019.

- **Provisões e contingências:** As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

- **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada disponível durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.6. Estimativas e premissas críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) **Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, que poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.
- b) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo intangível operacional da Companhia. No contrato de concessão está previsto a outorga variável que 1% do valor da receita bruta. A administração optou em apropriar diretamente no resultado como dedutível da receita reconhecendo o passivo a pagar ao poder concedente, que é pago trimestralmente, considerando uma das premissas item 28 do OCPC 05.
- c) **Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura (Receita de Construção):** A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.

d) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso: Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) do seu ativo intangível, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4.3. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.

2.5. Mudanças em políticas contábeis

2.5.1 Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”;
- Definição de negócio: alterações ao CPC 15 “Combinação de Negócios”;
- Reforma da IBOR: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”;
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06 (R2) “Arrendamentos”;

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

2.5.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e saldos em conta corrente bancária	3.354	439
	<u>3.354</u>	<u>439</u>

(a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 98% do CDI, contra 98% do CDI em 31 de dezembro de 2019. Em decorrência da equalização dos fluxos de caixa da Companhia, a administração decidiu por aplicar o saldo de caixa em aplicações financeiras de curto prazo.

4. Clientes

Refere-se aos valores a receber de pedágios cobrados através de operadoras de sistemas de arrecadação:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Clientes - Operadoras de sistema de arrecadação	2.538	2.030
	<u>2.538</u>	<u>2.030</u>

O prazo médio de recebimentos das operadoras do sistema de arrecadação é de 28 dias. Até o encerramento do balanço não tínhamos expectativas de perdas de créditos de liquidação duvidosa, assim como não havia nenhum título vencido.

A Companhia acredita que não terá nenhum impacto relacionado à pandemia da Covid-19 no recebimento das operadoras de serviços, uma vez que está previsto em contrato, que na falta de repasse para a concessionária os serviços serão suspensos.

5. Adiantamentos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamento a funcionários	2	7
Adiantamentos a fornecedores (a)	396	2.170
	<u>398</u>	<u>2.177</u>

(a) Refere-se aos valores de adiantamentos de prestação de serviços na execução de obras no perímetro da rodovia.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas é composto principalmente por AFAC dos acionistas, demonstrado no passivo da Companhia. A posição ativa refere-se à equalização de aportes de capital que a administração prevê que seja convertido em capital social até 30 de junho de 2021.

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante		
Fremix Pavimentação e Construções Ltda	34	34
	34	34
Passivo não circulante		
Conasa Infraestrutura S.A.	8.341	9.684
Construtora Rocha Cavalcante Ltda	2.554	2.574
Cld Construtora, Lacos Detetores E Eletronica Ltda	5.422	6.295
Zetta Infraestrutura e Participacoes Ltda	2.339	1.846
FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.	1.095	1.876
Construtora Iberica Ltda	326	-
M4 Investimentos e Participações Ltda	522	-
	20.599	22.275
Total líquido de partes relacionadas	(20.565)	(22.241)

6.1. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia contratou o Centro de Serviços Administrativos Compartilhados de sua acionista Conasa Infraestrutura para realizar todos os serviços financeiros, contábeis, fiscais, de recursos humanos, jurídicos e de TI, além de outros serviços correlatos. A Companhia mantém o saldo a pagar de R\$ 29 em 31 de dezembro de 2020, e totalizou o montante de R\$ 348 de serviços administrativos durante o exercício de 2020 (R\$ 336 em 2019).

6.2. Serviços de controle de operação compartilhados com Via Brasil MT-320.

A Via Brasil MT-100 compartilha o centro de controle de operações, juntamente com a coligada Via Brasil MT-320, onde todas as despesas administrativas são rateadas e reembolsadas no mês seguinte. Para o exercício de 2020 foram reembolsadas R\$ 2.414 (R\$ 1.738 em 2019).

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.3 Remuneração dos administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2020, totalizaram R\$ 769 (R\$ 480 em 2019). O Conselho de Administração aprovou remuneração anual da diretoria em R\$ 900.

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

7. Outros ativos circulantes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas antecipadas		
Seguro garantia/contratos	295	273
Seguros de veículos	-	75
	<u>295</u>	<u>348</u>

Refere-se a seguros contratados para garantia de execução de obras de investimentos, além do seguro de execução do contrato de concessão e que estão sendo amortizados pelo prazo de um ano com renovações anuais, como está previsto no contrato de concessão.

8. Imobilizado

8.1. Composição

Grupos de imobilizado	Taxa Depreciação ao ano	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	421	(55)	366	364
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	87	(41)	46	1
Computadores e periféricos	20	502	(106)	396	245
Instalações	10	9	(2)	7	9
		<u>1.019</u>	<u>(204)</u>	<u>815</u>	<u>619</u>

A Administração avaliou que não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2. Movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Custo				
Móveis e utensílios	365	56	(55)	366
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1	86	(41)	46
Computadores e periféricos	244	259	(107)	396
Instalações	9	-	(2)	7
	619	401	(205)	815

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Custo				
Móveis e utensílios	124	255	(14)	365
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1	-	(0)	1
Computadores e periféricos	125	149	(30)	244
Instalações	10	-	(1)	9
	260	404	(45)	619

9. Intangível

9.1. Composição

	Taxa de Amortização Média	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Amortização		Líquido
			Acumulada	Líquido	
Softwares e redes	20,00%	244	(37)	207	123
Investimento em rodovias	10,64%	9.816	(1.045)	8.771	7.958
Trabalhos iniciais/recuperação	27,97%	37.120	(10.384)	26.736	32.190
Outros	3,47%	1.896	(71)	1.825	1.896
Outorga	3,76%	10.287	(388)	9.899	10.252
		59.363	(11.925)	47.438	52.419

9.2. Movimentação do ativo intangível:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Softwares e redes	123	111	-	(37)	197
Investimento em rodovias	7.958	1.856	-	(1.045)	8.769
Trabalhos iniciais/recuperação	32.190	4.930	(1.883)	(10.384)	24.853
Outros	1.896	-	-	(71)	1.825
Outorga	10.252	1.930	-	(388)	11.794
	52.419	8.827	- 1.883	(11.925)	47.438

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Softwares e redes	14	114	(5)	133
Investimento em rodovias	560	7.466	(66)	7.960
Trabalhos iniciais/recuperação	192	32.739	(741)	32.190
Outros	1.901	-	(18)	1.883
Outorga	10.282	-	(29)	10.253
	12.949	40.319	(849)	52.419

9.3. Descrição de Concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços públicos precedidos da execução dos serviços de conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação do trecho rodoviário estadual do Lote 01 – Alto Araguaia, compreendendo o trecho MT 100 – Extensão 111,90 km após a implementação de todos os contornos. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, podendo prosseguir com suas atividades em caso de prorrogação do prazo de vigência da concessão.

9.4. Amortizações

A amortização será realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão ou prazo de vida útil do respectivo investimento, caso inferior ao prazo de concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma linear, considerando a data de finalização da concessão ou a vida útil do ativo, dos dois o menor. O início da amortização se deu no momento em que a Companhia começou a ter receitas de pedágio.

9.5. Serviços de construção

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de construção	7.604	40.319
Custo de construção	(7.604)	(40.319)
	-	-

9.6. Teste de impairment do intangível

Em virtude do capital circulante líquido negativo no encerramento do exercício, a administração elaborou o teste de impairment do ativo intangível considerando como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado não identificando a necessidade de provisão para impairment em 31 de dezembro de 2020. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final do contrato de concessão, considerando

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

o crescimento na receita de (3% a.a.), a inflação (4% a.a.), além do reajuste tarifário pelo IPCA, avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 14,63% a.a. para descontar os fluxos de caixa. Se houvesse uma variação de 10% desfavorável nas principais premissas incluídas no teste (taxas de crescimento no faturamento, inflação, reajuste tarifário e taxa de desconto), com todas as alterações consideradas isoladamente, não resultaria em um valor recuperável menor que o valor contábil.

10. Direito de uso e passivo de arrendamentos

Refere-se ao contrato na modalidade “Built Suit” das praças de pedágio, o sistema de gerenciamento e arrecadação das praças de pedágio, e aluguel das salas comerciais onde estão localizados o centro de operações em Cuiabá. Foram registrados conforme CPC 06 (R2).

10.1 Direito de uso

		31/12/2020		31/12/2019	
	Taxa				
	Amortização		Amortização	Direito de uso	Direito de
	Média Anual	Custo	acumulada	líquido	uso líquido
Direito de uso - Built to Suit (a)	7,89%	21.041	(1.801)	19.240	20.910
Direito de uso - Sistema de Arrecadação	20,00%	4.984	(1.053)	3.931	4.779
Direito de uso - Outros arrendamentos	18,51%	325	(181)	144	256
		<u>26.350</u>	<u>(3.035)</u>	<u>23.315</u>	<u>25.945</u>

(a) Em 08 de abril de 2019 a Via Brasil MT-100 firmou contrato de locação de ativos atípica com a Conseng Engenharia Ltda, em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de realizar obras no sistema rodoviário e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 561 mensais a serem pagos em 48 parcelas corrigidas pelo IPCA.

10.1.1 Síntese da movimentação do direito de uso:

	Saldo em	Novos		Saldo em
	31/12/2019	Contratos	Amortização	31/12/2020
Custo				
Direito de uso - Arrendamentos	25.945	124	(2.754)	23.315
	<u>25.945</u>	<u>124</u>	<u>(2.754)</u>	<u>23.315</u>

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Adoção Inicial	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Custo				
Direito de uso - Arrendamentos	26.164	62	(281)	25.945
	26.164	62	- 281	25.945

10.2 Passivo de arrendamentos

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante		
Passivos de arrendamentos	8.319	8.060
(-) Juros sobre passivos de arrendamentos	(2.238)	(2.829)
Total do passivo circulante	6.081	5.231
Passivo não circulante		
Passivos de arrendamentos	17.609	25.163
(-) Juros sobre passivos de arrendamentos	(2.124)	(4.230)
Total do passivo não circulante	15.485	20.933
Total de passivo de arrendamentos	21.566	26.164

10.2.1 Movimentação:

	Saldo em 31/12/2019	Juros /Ajuste a Valor	(-) Pagamentos Principal	(-) Pagamentos Juros	Novos Contratos	Saldo em 31/12/2020
Built to Suit (a)	21.042	3.253	(4.470)	(2.503)	-	17.322
Sistema de Arrecadação de pedágios	4.860	340	(888)	(339)	124	4.097
Outros arrendamentos	262	23	(118)	(20)	-	147
	26.164	3.616	(5.476)	(2.862)	124	21.566

	Adoção Inicial 01/01/2019 (Custo)	Ajuste a Valor	Pagamentos	Novos Contratos	Saldo em 31/12/2019
Built to Suit (a)	26.940	(5.898)	-	-	21.042
Sistema de Arrecadação de pedágios	5.991	(1.131)	-	-	4.860
Outros arrendamentos	449	(51)	(136)	-	262
	33.380	(7.080)	(136)	-	26.164

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

O saldo do passivo, relacionados a fornecedores, estão divididos em contratos a realizar de obras dos trabalhos iniciais, com parte a ser pago após a conclusão das obras e início da arrecadação, e outros fornecedores de serviços.

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Fornecedores - Contratos a realizar		
Viapav Construções SPE (a)	5.323	16.145
Conseng Engenharia Ltda	1.702	3.958
	7.025	20.103
Fornecedores		
Outros fornecedores	1.304	2.918
	1.304	2.918
	8.329	23.021
Não Circulante		
Fornecedores - Contratos a realizar		
Viapav Construções SPE (a)	7.688	-
	7.688	-
	16.017	23.021

(a) Foi firmado contrato de construção e pavimentação de toda a rodovia financiado diretamente com a parte relacionada Viapav Construções SPE, onde foram pagos 50% do contrato até dezembro de 2019 e o restante a ser pago em 48 parcelas iguais e sucessivas de R\$ 450 mensais, atualizadas anualmente pelo IPCA.

12. Empréstimos e financiamentos

12.1. Composição

A conta de empréstimos e financiamentos está composta, em sua totalidade, por empréstimo tomado junto ao Banco Sicoob para aquisição de equipamentos para o escritório central, tomado em dezembro de 2018, a ser pago em 60 parcelas iguais mensais, conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante		
Empréstimos de capital de giro	412	393
(-) Juros passivos a vencer	(193)	(212)
	219	181
Passivo não circulante		
Empréstimos de capital de giro	1.159	1.399
(-) Juros passivos a vencer	(276)	(397)
	883	1.002

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.183
Captações	-
(-) Pagamentos do principal	(137)
(-) Pagamentos de juros	(168)
Provisão de juros	224
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.102
Saldo em 31 de dezembro de 2018	353
Captações	900
(-) Pagamentos do principal	(70)
(-) Pagamentos de juros	(79)
Provisão de juros	79
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.183

A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos de empréstimos, financiamentos e de arrendamentos, e cumpre integralmente seus *covenants* não financeiros em 31 de dezembro de 2020.

13. Salários e encargos sociais a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	147	168
INSS a recolher	61	142
FGTS a recolher	19	19
IRRF sobre folha a recolher	11	36
Provisões sobre férias e 13º salário e encargos	272	117
	<u>510</u>	<u>482</u>

14. Encargos tributários a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS sobre receitas a pagar	154	120
ISS sobre receitas a pagar	156	122
IRPJ a recolher	325	-
CSLL a recolher	119	-
IRRF sobre serviços terceiros a recolher	5	24
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	15	81
ISS retido na fonte	20	152
INSS retido na fonte	16	410
	<u>810</u>	<u>909</u>

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Parcelamento de COFINS	146	-
Parcelamento de PIS	26	-
Parcelamento de INSS	73	-
Parcelamento de IRPJ	201	-
Parcelamento de CSLL	74	-
Parcelamento de ISS	-	105
Parcelamento de impostos retidos	33	-
	553	105
Não circulante		
Parcelamento de COFINS	178	-
Parcelamento de PIS	17	-
Parcelamento de INSS	232	-
Parcelamento de IRPJ	17	-
Parcelamento de CSLL	6	-
Parcelamento de impostos retidos	105	-
	555	-

Com o início da arrecadação dos pedágios, foi firmado parcelamento de todos os tributos federais que estavam pendentes em 60 parcelas perante a Receita Federal do Brasil.

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital social

O capital social é de R\$ 18.000 totalmente subscrito e integralizado, representado por 18.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Conasa Infraestrutura S.A.	7.200.000	40%	7.200.000	40%
Cld Construtora, Lacos Detetores E Eletronica Ltda	4.680.000	26%	4.680.000	26%
Zetta Infraestrutura E Participacoes S.A.	2.160.000	12%	2.160.000	12%
Construtora Rocha Cavalcante	2.205.000	12%	2.160.000	12%
Fbs Construcao Civil E Pavimentacao S.A.	1.620.000	9%	1.620.000	9%
Fremix Pavimentacao E Construcoes Ltda	-	0%	180.000	1%
M4 Investimentos e Participações Ltda	90.000	0,5%	-	0%
Construtora Ibérica Ltda	90.000	0,5%	-	0%
	18.000.000	100%	18.000.000	100%

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de arrecadação de pedágio (a)	48.359	3.286
Receita de construção (b)	7.604	40.319
Impostos e contribuições sobre receita	(3.565)	(242)
Receita operacional líquida	<u>52.398</u>	<u>43.363</u>

(a) As receitas de arrecadação recebidas durante o exercício, estão distribuídas em 2 (duas) praças de pedágios, com nove categorias de veículos (motos, passeio, caminhões etc.) com tarifa média de R\$ 8,30 por eixo equivalente.

O valor da tarifa é reajustado anualmente. Em 31 de dezembro de 2020 a tarifa de pedágio encerrou em R\$ 8,30 (oito reais e trinta centavos). A partir de 10 de fevereiro de 2021 a tarifa foi reajustada para R\$ 8,50.

(b) A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

18. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custos dos serviços prestados		
Custos com materiais e insumos na operação	(1.091)	(433)
Mão de obra na operação	(3.282)	(1.035)
Custos com serviços de terceiros na operação	(8.466)	(3.383)
Depreciação e amortização	(11.885)	(847)
Amortização do direito de uso	(2.635)	(219)
Custos de construção	(7.604)	(40.319)
	<u>(34.963)</u>	<u>(46.236)</u>

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas gerais e administrativas		
Salários, encargos e outras despesas com pessoal	(1.811)	(985)
Honorários, consultorias e auditorias	(1.860)	(1.913)
Viagens, estadias e refeições	(204)	(547)
Depreciação e amortização	(245)	(94)
Amortização do direito de uso	(119)	(15)
Impostos, taxas e contribuições	(251)	(177)
Outras despesas administrativas	(460)	(347)
	<u>(4.950)</u>	<u>(4.078)</u>

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outras receitas		
Reembolso de serviços compartilhados (a)	2.418	1.738
Outras receitas	106	17
	<u>2.524</u>	<u>1.755</u>
Outras despesas		
Multas sobre tributos em atraso	(374)	(2)
	<u>2.150</u>	<u>1.753</u>

(a) A Via Brasil MT-100 compartilha o centro de controle de operações, juntamente com a coligada Via Brasil MT-320, onde todas as despesas administrativas são rateadas e reembolsadas.

21. Resultado financeiro

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos de capital de giro	(224)	(92)
Juros sobre financiamento com fornecedores	(2.494)	(840)
Juros sobre arrendamentos mercantis	(3.616)	(20)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	-	(16)
Juros apropriados sobre parcelamentos	(47)	
Outras despesas financeiras	(112)	(15)
	<u>(6.493)</u>	<u>(983)</u>
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	153	1
	<u>153</u>	<u>1</u>
Resultado financeiro	<u>(6.340)</u>	<u>(982)</u>

22. Imposto de renda e contribuição social

Durante o exercício de 2020 e 2019 a Companhia optou pelo regime de Lucro Real trimestral. Nesse regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada a partir do lucro contábil, acrescido de ajustes (adições e exclusões) requeridos pela legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020,

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

o imposto de renda e a contribuição social apurados foram de R\$ 1.594 e R\$ 582, respectivamente, e o IRPJ sobre prejuízo fiscal e CSLL sobre base negativa diferidos foram de R\$ 485 e R\$ 174, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia mantinha saldo de R\$ 4.200 de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente (R\$ 6.142 em 2019):

A seguir a reconciliação da apuração do imposto de renda e contribuição social corrente:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	8.206	(6.362)
Adições e exclusões:		
Adições	6.638	-
Exclusões	(8.372)	-
Saldo das adições e exclusões	(1.734)	-
Lucro Real antes da compensação de prejuízos fiscais	6.472	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa - Diferido - 30%	(1.938)	-
Lucro Real para Imposto de Renda e Contribuição Social	4.534	(6.362)
Imposto de renda (15%)	(680)	-
Adicional do Imposto de renda - (10%)	(429)	-
Contribuição social (9%)	(408)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.517)	-
Alíquota efetiva	18%	0%

23. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) do exercício	6.690	(6.362)
Média ponderada de ações em circulação	18.000.000	18.000.000
Resultado por ações - básico - R\$	0,3717	(0,3534)

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – diluído conforme requerido pelo CPC – 41, em razão de não existirem fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros

24.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

24.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Levando em consideração o atual cenário da Covid-19, o valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo pelo qual só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados abaixo:

	Categoria	31/12/2020	
		Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	3.354	3.354
Clientes	Custo amortizado	2.538	2.538
Partes relacionadas	Custo amortizado	34	34
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	16.017	16.017
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.102	1.102
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	21.566	21.566
Partes relacionadas	Custo amortizado	20.599	20.599

24.3. Categoria fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Risco de mercado

(a) **Risco de taxa de juros:** A Companhia não tem risco de variação de taxa de juros relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras do contrato de concessão e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da concessionária.

(b) **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não realiza operações cambiais.

Risco de crédito: A companhia não possui risco de créditos pois não contém em seu grupo de contas a receber, perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no encerramento do exercício, até o início de cobrança de pedágio.

(c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e plano de investimento da concessão. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

(d) **Gestão de capital:** A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2020	31/12/2019
A - Empréstimos e financiamentos (nota 12)	1.102	1.183
B - Empréstimos partes relacionadas (nota 6)	20.599	22.275
C - (-)Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	3.354	439
D = (A + B - C) - Dívida líquida	18.347	23.019
E = Total do patrimônio líquido	16.493	9.803
F = (D + E) - Capital total	34.840	32.822
D/F = Índice de alavancagem financeira	52,7%	70,1%

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, respeitando também as obrigações Contratuais que permitem a preservação do Contrato de Concessão.

As apólices de seguro adquiridas pela Companhia no exercício de 2020 garantem a execução do Contrato de Concessão, Responsabilidade Civil, Riscos de Engenharia e Operacionais. As apólices de seguro foram adquiridas junto a seguradoras de primeira linha, autorizadas a funcionar no País pela Superintendência de Seguros Privados – SUPEP assim como estão autorizadas a comercializar as respectivas apólices. Todas as apólices foram previamente submetidas ao escrutínio do Poder Concedente visando garantir o atendimento das condições contratuais e regulatórias.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

A seguir estão demonstrados os limites máximos de indenizações contratados junto as seguintes companhias seguradoras: (i) J. Malucelli pela estruturação da Garantia de Execução do Contrato, (ii) Axa Seguros pela estruturação dos seguros de Riscos de Engenharia do tipo “todos os riscos” e do seguro de Responsabilidade Civil e (iii) Chubb Seguros pela estruturação dos Riscos Patrimoniais e Operacionais.

26.1. Garantia de execução do contrato

O valor da apólice de garantia de execução do contrato foi estabelecido tendo como base de cálculo o valor estipulado no contrato de concessão (cláusula 7), correspondente a 2,00% (dois por cento) do valor da receita bruta prevista para o primeiro ano de operação da Rodovia MT 100, ou até o limite equivalente a R\$ 36.177.430,95 (trinta e seis milhões, cento e setenta e sete mil, quatrocentos e trinta reais e noventa e cinco centavos).

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.2. Riscos de engenharia do tipo “todos os riscos” e do seguro de Responsabilidade civil

RISCOS DE ENGENHARIA	
Cobertura básica	53.040
Erros de projeto	53.040
Tumultos, greves e lockout	13.675
Risco do fabricante	53.040
Despesas extraordinárias	13.675
Despesas de desentulho	13.675
Alagamento e inundação	3.000
Períodos de testes	53.040
Equipamentos, móveis e estacionários utilizados na obra	1.000
Salvamento e contenção de sinistros	1.000

RESPONDABILIDADE CIVIL	
Obras civis, instalação, assistência técnica e montagem	5.000
Cruzada - Obras civis RC Erro de projeto	5.000
Empregador	1.000
Fundações	5.000
Poluição súbita	1.000

26.3. Riscos operacionais

Cobertura básica	10.000
Obras de engenharia	5.000
Tumultos, vandalismos e atos dolosos	1.000
Incendio, raio e explosão de qualquer natureza	5.000
Danos à equipamentos eletrônicos (baixa voltagem)	1.000
Roubo e furto qualificado (exceto valores)	1.000
Danos elétricos	1.000
Vendaval e fumaça	1.000
Danos causados a objetos de vidros	1.000
alagamento e inundação	1.000

27. Provisão para contingências

A Companhia não possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista, que poderiam ser consideradas como perdas possíveis ou perdas prováveis.

VIA BRASIL MT 100 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Compromissos vinculados ao contrato de concessão.

A Via Brasil MT-100 investiu R\$ 59.362 até 31 de dezembro de 2020, sendo R\$ 12.183 em outorga e despesas pré-operacionais e R\$ 47.179 em recuperação do pavimento, implantação de 2 praças de pedágio, sinalização e segurança para garantir a trafegabilidade da rodovia.

Os compromissos de investimento projetados para 2021 a 2048 são de R\$ 305.316, sendo R\$ 271.535 em investimentos de infraestrutura e R\$ 33.781 em equipamentos, veículos e sistemas de informatização.

29. Eventos subsequentes

- Conforme contrato de concessão a Companhia obteve o reajuste tarifário de pedágio de R\$ 8,30 (oito reais e trinta centavos) por eixo para 8,50 (oito reais e cinquenta centavos por eixo) que iniciou a cobrança com o novo valor a partir de 10 de fevereiro de 2021.

João Garcia Couri Neto

Diretor Presidente

Fernando Milleo

Diretor de Engenharia e Operações

Isaac do Nascimento

Contador CRC-PR043806/0-1

* * *